



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

**Sua Excelência o Presidente da
Assembleia da República
Deputado Augusto Santos Silva**

31 de maio de 2022

Assunto: Relatório de participação da Assembleia da República na Conferência de Presidentes de Comissão sobre as políticas europeias ao serviço dos Cidadãos: PAC, Fundos regionais e Turismo sustentável no novo contexto do Pacto Ecológico Europeu, que teve lugar nos dias 20 e 21 de março de 2022, no Vale do Loire (França)

Para os devidos efeitos, junto se envia a Vossa Excelência o relatório de participação da Assembleia da República na Conferência de Presidentes de Comissão sobre as políticas europeias ao serviço dos Cidadãos: PAC, Fundos regionais e Turismo sustentável no novo contexto do Pacto Ecológico Europeu, que teve lugar nos dias 20 e 21 de março de 2022, no Vale do Loire (França).

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da XIV Legislatura,

(Deputado Luís Capoulas Santos)

O Presidente da Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação da XIV Legislatura,

(Deputado Jorge Paulo Oliveira)

Anexo: Relatório



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

**RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NA
CONFERÊNCIA DE PRESIDENTES DE COMISSÃO SOBRE AS POLÍTICAS
EUROPEIAS AO SERVIÇO DOS CIDADÃOS: PAC, FUNDOS REGIONAIS E TURISMO
SUSTENTÁVEL NO NOVO CONTEXTO DO PACTO ECOLÓGICO EUROPEU**

Vale do Loire, 20 e 21 de março de 2022

Delegação:

- Deputado Luís Capoulas Santos (PS) – Presidente da Comissão de Assuntos Europeus
- Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) – Presidente da Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

A assessoria foi prestada por Catarina Ribeiro Lopes, Representante da Assembleia da República junto das instituições da União Europeia; e pela Assessora Parlamentar da Comissão dos Assuntos Europeus, Elodie Rocha.

A presente reunião interparlamentar teve lugar no final da 3.ª sessão legislativa da XIV Legislatura, tendo o relatório sido concluído no início da XV Legislatura.

Da agenda da reunião, constavam os seguintes pontos:

- Sessão de Abertura

Laetitia Saint-Paul, Vice-Presidente da Assembleia Nacional responsável pela coordenação da dimensão parlamentar da Presidência francesa do Conselho da União Europeia, em substituição do Presidente da Assembleia Nacional francesa, Richard Ferrand, deu as boas-vindas a todos os participantes, começou por expressar a sua solidariedade com as autoridades e povo ucraniano, realçando a unidade europeia demonstrada com a adoção da declaração de apoio à Ucrânia na Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União dos Parlamentos da União Europeia – COSAC, e a necessidade da União Europeia (UE) definir a sua autonomia estratégica face aos impactos da guerra.

De seguida, referindo-se à sessão de trabalhos dedicada às políticas europeias ao serviço dos cidadãos, salientou que o primeiro debate temático iria abordar a Política



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

Agrícola Comum (PAC) e a melhoria da qualidade alimentar para os cidadãos europeus, tema premente devido ao conflito na Ucrânia, com destaque para a importância de garantir o abastecimento de produtos, o acesso a produtos locais e de qualidade, com foco na sua origem, e os desafios climáticos que exigem o desenvolvimento de novos métodos, referindo a estratégia europeia do prado ao prato. Relativamente ao segundo debate temático sobre os fundos regionais ao serviço da transição energética, sublinhou a necessidade de a Europa reforçar a sua capacidade para providenciar fontes de energia limpas e acessíveis, de forma autónoma e sustentável, realçando a importância de assegurar uma transição energética justa. Por fim, referiu a relevância do terceiro debate temático sobre turismo sustentável no novo contexto do Pacto Ecológico Europeu, na sequência dos impactos no setor provocados pela pandemia de COVID-19, salientando a necessidade de promover as riquezas culturais e paisagísticas da Europa, e sugerindo, por exemplo, a criação de um rótulo de turismo europeu para enfatizar a importância dos parques naturais europeus e da preservação da natureza, assim como iniciativas de promoção de experiências locais e as boas práticas dos Estados-Membros.

- Sessão I: PAC e a melhoria da qualidade alimentar para os cidadãos europeus

Roland Lescure, Presidente da Comissão de Assuntos Económicos da Assembleia Nacional francesa, sublinhou a relevância da indústria alimentar para a saúde pública e para o meio ambiental, salientando a importância de assegurar o acompanhamento dos produtores na transição verde e o acesso a produtos de qualidade e a preços razoáveis. Referindo-se à criação da PAC, referiu que a guerra na Ucrânia demonstrou a importância da questão alimentar, nomeadamente da definição de critérios de segurança e de produção rigorosos, de legislação sobre rotulagem, do uso de mecanismos sustentáveis a nível ambiental, frisando a necessidade de adaptar a estratégia europeia do prado ao prato. Apontou, ainda, novos desafios como a rastreabilidade dos produtos e a capacidade de controlo da sua origem, realçando o papel que a tecnologia pode desempenhar, e a importância de assegurar quer o acesso a produtos de qualidade, quer a um rendimento razoável aos produtores.

Concluindo, destacou 3 pilares essenciais nesta matéria: a importância de prever a reciprocidade de critérios, nomeadamente através de cláusulas espelho nos acordos comerciais; a disponibilização de informação adequada ao consumidor, com rótulos e



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

rotulagem de qualidade; e a melhoria da questão ambiental, recorrendo a alternativas saudáveis e sustentáveis.

Jean-François Longeot, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Sustentável do Senado francês, salientou os desafios económicos, sociais e de saúde associados às questões alimentares, referindo que a guerra na Ucrânia reafirmou a sua importância. Apontou, assim, a necessidade de reforçar a resiliência do modelo europeu, destacando a estratégia europeia do prado ao prato, tendo em vista a melhoria da qualidade dos produtos e da sua produção. Realçou ainda a relevância da sustentabilidade, com base nos fatores sociais e ambientais, sem os quais não é possível alcançar uma transição agroambiental, e alertou para a necessidade de assegurar os meios adequados para os agricultores conseguirem acompanhar este processo, dando nota sobre a lei francesa sobre o clima e a resiliência.

Olivier de Schutter, antigo relator especial da ONU para o Direito à Alimentação e copresidente do painel de Peritos sobre sistemas alimentares sustentáveis, referiu a importância de debater o futuro da PAC e o seu impacto no abastecimento de produtos na Europa, bem como a sua reforma e a necessidade de assegurar a sua compatibilidade com a estratégia europeia do prado ao prato, dando nota sobre as iniciativas legislativas direcionadas para uma agricultura mais sustentável. Referindo-se ao conflito na Ucrânia e às suas consequências nos mercados internacionais, designadamente o aumento significativo do preço dos combustíveis e do gás com repercussões diretas nos custos de produção agrícola e nos orçamentos familiares, salientou os perigos da dependência de meios de produção com base na energia fóssil, o uso de máquinas agrícolas de combustível, e o desenvolvimento de cadeias de abastecimento longas. Por fim, frisou que a soberania alimentar implica uma estratégia de produção alimentar europeia que reduza a sua dependência da importação de bens e a necessidade de acelerar a transição verde, colocando a PAC ao serviço do interesse comum visando uma alimentação mais saudável, mais resiliente ao choque e mais sustentável.

Karine Jacquemart, Diretora-executiva da NGO *Foodwatch*, destacou a importância do debate e do direito fundamental à alimentação, referindo que este exige uma responsabilidade acrescida às autoridades públicas e, em particular, às instituições



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

européias, já que a maioria da regulamentação alimentar provém da UE. Referindo-se aos progressos alcançados na área, nomeadamente com o [Regulamento \(CE\) n.º 178/2002](#), o qual permitiu definir uma arquitetura transparente, clara e útil das regras alimentares na Europa, prevendo a necessidade do direito à alimentação saudável, e estipulando no seu artigo 14.º disposições quanto a bens alimentares potencialmente perigosos para a saúde. Alertou para a necessidade de se alocarem recursos para os Estados-Membros assegurarem as cadeias alimentares, reduzindo o uso de pesticidas e evitando a contaminação de solos e produtos, garantindo informação nutricional e uma rotulagem simples e clara que permite uma alimentação mais saudável e um acesso igual a produtos de qualidade, nomeadamente através de um logo nutricional transparente e independente, e regulamentando as campanhas publicitárias de incentivo ao consumo de açúcar, gordura e sal excessivo. Concluiu, destacando a estreita ligação entre a agricultura e a alimentação, tendo a crise atual demonstrado que o sistema não funciona, e reiterou o apelo para a redução do uso de pesticidas e para a criação de maior resiliência, evitando a especulação e assegurando o direito fundamental à alimentação.

Stewart Whitehead, Diretor de vendas da *start-up* de rastreabilidade alimentar Oritain, referiu que a sua empresa pretende garantir a proveniência e autenticidade dos produtos alimentares, através de meios e dados científicos, tendo em vista a proteção e promoção da proveniência e a integridade dos bens alimentares, e, simultaneamente, assegurando a confiança das cadeias de abastecimento e a escolha dos consumidores e dos produtores. Frisando a conexão existente entre a proveniência e a segurança alimentar, realçou que os consumidores e produtores procuram cada vez mais informação sobre os bens alimentares, nomeadamente se são seguros e sustentáveis. Defendeu a importância de introduzir a questão da rastreabilidade dos produtos nas políticas, como a estratégia europeia do prado ao prato, uma vez que permite orientar o consumidor na sua escolha, designadamente que os bens provêm de fontes seguras. Destacou, por fim, a importância de adotar métodos científicos para assegurar a transparência e rastreabilidade dos bens.

No período de debate que se seguiu foram abordadas questões como o impacto da guerra da Ucrânia nas cadeias de abastecimento de comida e a importância de garantir o acesso a comida saudável, de forma sustentável e segura (Jerzy CHRÓŚCIKOWSKI,



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

Senado polaco), e a necessidade de rever a PAC, com novas cadeias de produção, mais pequenas, definindo um plano de segurança alimentar (Viktoras PRANCKIETIS, Parlamento lituano), visando assegurar a autonomia estratégica da UE. Foi ainda referida a relação da saúde humana e animal com o ambiente, e a importância de assegurar critérios de segurança no armazenamento, consumo e produção de bens alimentares, e a defesa da redução do uso de pesticidas e de utilizar uma rotulagem adequada (Savia ORPHANIDOU, Parlamento cipriota), bem como a relevância de definir critérios de qualidade e regras claras nos acordos comerciais celebrados com países terceiros (Marijana PETIR, Parlamento croata; Teresa MACIAS MATEOS, Senado espanhol). Vários oradores apontaram a importância do reconhecimento científico, a rastreabilidade dos alimentos, a necessidade de combater práticas de *dumping* económico, social, ambiental e de segurança alimentar, e a inclusão da sustentabilidade florestal na PAC (Joan CAPDEVILA I ESTEVE, Congresso dos Deputados espanhol), assim como o combate às alterações climáticas e a proteção da biodiversidade, promovendo uma agricultura sustentável, com destaque para os produtos locais, assegurando a confiança dos consumidores através do seu controlo laboratorial (Plamen ABROVSKY, Assembleia nacional búlgara). Por fim, visando fazer face aos impactos da guerra, foi referida a possibilidade de recorrer aos planos de recuperação e resiliência para revigorar as cadeias de abastecimento (Teresa MACIAS MATEOS, Senado espanhol), a ativação de mecanismos excecionais como a reserva para crises da PAC, a derrogação de auxílios estatais para o uso de energia carbónica e a adaptação da PAC (Monica CIABURRO, Câmara dos Deputados italiana).

O Deputado Luís Capoulas Santos, referindo-se ao 60º aniversário da entrada em vigor da PAC, apontou os seus objetivos iniciais e a sua capacidade de adaptação às vicissitudes da história, corrigindo os seus excedentes, abrindo-se aos mercados, acomodando os alargamentos, garantindo a qualidade e evoluindo na direção certa no que diz respeito à adaptação e mitigação das alterações climáticas e aos novos desafios ambientais. Frisou, no entanto, que a UE não conseguiu reduzir o carácter injusto da distribuição de fundos entre os Estados-Membros, regiões e agricultores, salientando que as tímidas regras de convergência adotadas após 2013, referindo o seu papel enquanto relator do Parlamento Europeu, não foram suficientes. Realçando a avaliação global positiva da aplicação da PAC, referiu que a última reforma, concluída no final de 2021, sob a Presidência portuguesa, foi um bom compromisso, prevendo instrumentos



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

mais adaptados às diversas realidades e visando melhor concretizar o Pacto Ecológico Europeu e a implementação da estratégia do prado ao prato. Continuou, referindo o impacto da pandemia e da agressão russa nas cadeias de abastecimento alimentar, dando como exemplo Portugal, que desenvolveu um processo de especialização produtiva, abandonando quase por completo a produção de cereais, tornando a Ucrânia e a Rússia os seus principais fornecedores. Questionou, por fim, sobre a forma de assegurar um maior grau de autossuficiência em alimentos de qualidade, a nível nacional e à escala europeia.

Em resposta, **Karine Jacquemart** frisou a importância de assegurar informação adequada ao consumidor, e referindo-se ao impacto da guerra na Ucrânia, sublinhou a necessidade de encontrar soluções rápidas que evitem a especulação de preços, alertando para os perigos do uso de pesticidas perigosos e os seus custos escondidos, assim como a necessidade de criar um modelo de segurança alimentar mais resiliente, **Olivier de Schutter** salientou que a maioria das questões colocadas relacionam-se com a proveniência dos produtos, afirmando que as cadeias de abastecimento devem ser definidas com base em informação, transparência e rastreabilidade, e apontando as vantagens de uma rotulagem adequada.

- Sessão II: Fundos Regionais ao serviço da transição energética

Elisa Ferreira, Comissária Europeia para a Coesão e Reformas, começou por sublinhar a importância da política de coesão, expressão da solidariedade europeia, que une a transição energética a nível nacional e local, reduzindo as diferenças e desigualdades existentes na UE, uma ferramenta indispensável para responder aos desafios atuais resultantes da invasão russa na Ucrânia. Realçou, de seguida, a importância da UE acelerar a transição energética e de reduzir a sua dependência da energia fóssil, mobilizando todos os esforços e recursos para que se estenda a todas as regiões, utilizando os planos de recuperação e resiliência para realizar investimentos. Destacou, assim, 3 planos de ações: a melhoria da eficiência energética, reduzindo o consumo de energia, uma estratégia da reabilitação de edifícios públicos, novos programas de investimento de reabilitação de prédios, na área da saúde, educação e habitação; o investimento em energias renováveis, com transportes de baixo consumo inovadores; e o reforço do mercado interno através da interconectividade de redes elétricas e de gás,



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

transfronteiriças, visando reforçar a autonomia energética europeia. Terminou salientando que a transição deve ser justa, sem deixar nenhuma região para trás, frisando a importância da transição verde para a segurança da UE.

François Bonneau, Presidente da Região Vale do Loire Centro, em representação da Associação de Regiões francesas, salientou a necessidade de se implementarem soluções sustentáveis para as questões climáticas, referindo que a situação na Ucrânia exige uma solidariedade europeia e salientou a importância dos fundos de coesão no apoio e acolhimento a refugiados ucranianos. Destacando a prioridade ambiental e energética, referiu que o processo de transição deve ser feito com recurso a energias renováveis, nomeadamente no setor do transporte e no desenvolvimento energético do edificado, realçando a importância de assegurar uma transição das regiões suave e com neutralidade carbónica.

Stefano Bonaccini, Presidente da Região de Emília-Romana, deu nota da experiência da sua região, a qual tem uma capacidade produtiva significativa, exportando a nível europeu e mundial nas áreas da maquinaria, cerâmica, bens alimentares e vestuário. Referindo-se ao impacto da guerra na Ucrânia, apontou o encerramento de fábricas devido à subida dos preços de energia e salientou a importância da autonomia energética da Europa, com recurso à energia renovável e a utilização de fundos europeus. No caso da sua região, destacou a criação de uma fundação que reúne sindicatos, trabalhadores e autarquias, visando o rastreamento de energias poluentes, promove o uso de bicicletas, o transporte de autocarro gratuito a estudantes, apoios para famílias e empresas com boas práticas. Concluiu, referindo a importância de implementar o programa *Next Generation EU* a nível local e regional, apoiando projetos de inovação e tecnologia.

Ronan Dantec, Senador do Loire-Atlantique e porta-voz para o clima do Conselho dos municípios e regiões da Europa, sublinhou os objetivos climáticos europeus delineados, realçando que a atual economia de guerra exige acelerar a transição energética, através da energia renovável e a reabilitação do edificado, bem como a sincronização das políticas europeias, com o apoio das autoridades locais e regionais. Salientou a necessidade de assegurar a simplificação das regras relativas aos fundos de coesão, aos critérios de distribuição, limites de financiamento e volume, com destaque para o



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

programa *Fit for 55* e o Pacto Ecológico Europeu, e a garantia do seu acesso direto às autoridades locais e municípios.

Grégoire Chauvière le Drian, Diretor da secção do Banco Europeu de Investimento em Paris, apontou a importância de, face à situação na Ucrânia, garantir a disponibilidade rápida de dinheiro, referindo o apoio prestado pelo Banco Europeu de Investimento (BEI). Sublinhou, de seguida, o apoio do BEI à ambição climática a longo prazo, através do compromisso em torno de 3 questões principais: a exclusão do investimento em projetos prejudiciais ao ambiente e a aposta em projetos de combate às alterações climáticas, encorajando parceiros privados a apoiar o Pacto Ecológico Europeu; apoio financeiro a projetos europeus carbonicamente neutros e de inovação tecnológica, dando como exemplo os projetos apoiados em vários Estados-Membros; e o novo mandato do BEI no quadro dos planos de recuperação e resiliência e no combate às alterações climáticas, tendo em vista o apoio à transição justa e à autonomia estratégica da Europa.

Zoé Lavocat, responsável para o clima e territórios da *Climate Action Network*, referiu a urgência climática, a redução do uso de energia fóssil e a necessidade de adotar uma resposta global, designadamente no que concerne à guerra na Ucrânia. Sublinhou, de seguida, a existência de soluções apelando à sua aplicação adequada nas regiões, referindo que, segundo dados recolhidos pela ONG a que pertence, os fundos europeus têm sido usados de forma insuficiente no combate às alterações climáticas e na transição energética, e de forma desigual entre Estados-Membros, existindo uma falta de coerência entre os planos nacionais e regionais. Por fim, destacou a importância de aplicar o financiamento europeu a projetos a longo prazo, nomeadamente no apoio a habitações mais vulneráveis, frisou o papel que as regiões, Parlamentos nacionais e Governos nacionais podem desempenhar no desbloqueio de obstáculos e dificuldades, assegurando o acesso ao financiamento e à engenharia necessária, apostando em investimentos sustentáveis, direcionados para a energia renovável e de baixo consumo.

No período de debate foi salientada a importância da transição verde e energética para a segurança e paz na Europa, a necessidade de acelerar a transição energética e de esta ser inclusiva, e de reduzir a dependência energética e de gás (Hussein AL-TAEE, Parlamento finlandês), a relevância de reduzir o consumo energético, apoiando as



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

famílias e empresas, através da reabilitação do edificado (Cristiano ANASTASI, Senado italiano) revendo as infraestruturas energéticas e investindo em energias renováveis com recurso a soluções tecnológicas (Elias MYRIANTHOUS, Parlamento cipriota). Além disso, foi realçada a importância de disponibilizar os fundos europeus estruturais e de investimento de forma célere e menos burocrática, com destaque para o Fundo de Transição Justa, diversificando fontes energéticas e promovendo investimentos em projetos sustentáveis a longo prazo e carbonicamente neutros (Haris THEOHARIS, Parlamento helénico; Daniel MILEWSKI, *Diète* polaca), tendo sido salientadas as vantagens no desenvolvimento da energia renovável e na mobilidade sustentável (Ružica VUKOVAC, Parlamento croata).

O Deputado Jorge Paulo Oliveira destacou a urgência da autonomia energética da UE, a qual se tornou uma absoluta prioridade com o conflito na Ucrânia, exigindo a aceleração da transição energética e a salvaguarda da segurança energética a curto e médio prazo para os cidadãos europeus. Neste contexto, realçou a necessidade de alocar novos fundos para estas áreas prioritárias, apostando em fontes alternativas sustentáveis e no desenvolvimento de projetos baseados no hidrogénio. Alertou que a transição energética deve ser inclusiva, apoiando as regiões da União Europeia de forma diferenciada, pois há regiões com maiores carências que outras. Salientou que as preocupações não podem basear-se apenas no desenvolvimento de energia mais limpa, devendo ser considerado o papel das energias transitórias, em particular o gás, destacando o papel que Portugal e Espanha podem desempenhar neste domínio. Apelou, assim, que a interconexão dos Pirenéus, fosse novamente considerada um projeto de interesse comum, que permitiria diversificar a origem do gás importado para a Europa, tirando partido dos terminais de gás natural liquefeito existentes em Portugal e Espanha, que podem, no futuro, servir para o transporte de hidrogénio.

Em resposta, **Zoé Lavocat** sublinhou a importância da vontade política, salientando a importância da transição verde ser inclusiva, referindo a existência de medidas para a reabilitação habitacional e a mobilidade sustentável, e a necessidade de acabar com o uso de energias fósseis e desenvolver fontes de energias renováveis, **Grégoire Chauvière le Drian** realçou a importância de investir na autonomia industrial europeia, de utilizar os recursos financeiros de forma eficaz, nomeadamente na adaptação e no



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

desenvolvimento de reforma nas empresas europeias visando a transição energética e **François Bonneau** sublinhou a necessidade de acelerar a transição energética, apoiando a criação de emprego, reforçando o apoio público para fazer face aos desafios comuns e protegendo as regiões e o planeta de forma sustentável, a médio e longo prazo, com destaque para a importância dos transportes e das infraestruturas.

- Sessão III: Turismo sustentável no novo contexto do Pacto Ecológico Europeu

Alessandra Priante, Diretora regional europeia da Organização Mundial do Turismo, referiu a resposta rápida e coordenada da UE face à pandemia de COVID-19 e à situação na Ucrânia, destacando a unidade demonstrada pela Europa, a qual se deve manter nomeadamente no que diz respeito à harmonização de políticas do setor do turismo, com destaque para os fundos europeus e os planos de recuperação e resiliência. Realçando os sinais positivos e de recuperação sentidos, sobretudo a partir do verão de 2021, alertou para a necessidade de apoiar as pequenas e médias empresas (PME) e alguns Estados-Membros que dependem do setor do turismo, frisando a importância de assegurar, simultaneamente, a sustentabilidade económica, social, cultural e ambiental. Referindo-se à [declaração de Glasgow](#), adotada na COP 26, e à pegada carbónica do turismo, salientou a relevância de apoiar iniciativas de redução do uso de plástico, a promoção de políticas de igualdade de género no emprego no turismo, a inovação e a formação profissional e as vantagens que podem desempenhar as parcerias entre o setor público e privado.

Lazare Eloundou Assomo, Diretor do Centro do Património Mundial da UNESCO (vídeo) referiu a necessidade de rever os critérios base da política do turismo, visando a sua sustentabilidade, destacando os impactos da pandemia da COVID-19 nas comunidades locais. Salientando a decisão da UNESCO em preservar bens imateriais, com base nos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), destacou o programa de património mundial e o seu papel como plataforma de promoção do turismo, em colaboração com parceiros públicos e privados. Alertou ainda para a necessidade do setor do transporte e do turismo apostarem em iniciativas sustentáveis, como o *European eco-label* que visa reduzir o uso de plásticos, apoiar negócios locais e a realização de viagens inclusivas e sustentáveis, com o apoio da ONU, promovendo as heranças culturais, assegurando o compromisso dos diversos parceiros.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

Alexandre Desseigne-Barrière, Vice-Presidente do Barrière Group responsável pela área de Estratégia, sublinhou a importância do ambiente e da sustentabilidade, realçando a necessidade do setor do turismo assumir as suas responsabilidades. Dando como exemplo as atividades desenvolvidas pelo seu grupo hoteleiro, destacou a adoção de medidas favoráveis ao ambiente, e a realização de parcerias com associações locais, visando a proteção do ambiente, concluindo, referindo a importância de avaliar formas de tornar o setor do turismo mais sustentável, em conjunto com as comunidades locais e os governos.

Jean-Marie Perrier, Presidente da *Association for Fair and United Tourism*, sublinhou a importância de adotar planos de desenvolvimento de turismo sustentável, designadamente através de campanhas de alerta ambientais, frisando a interligação entre a transição digital e social, e a necessidade de prever um apoio financeiro, com a definição de regras de contratação baseadas em práticas sustentáveis, visando a transição verde e justa, uma rotulagem de comércio justo e a apoio das pequenas e médias empresas.

No período de debate que se seguiu, foram abordadas questões como a resposta da UE face às consequências económicas e sociais da pandemia da COVID-19 e o seu impacto no setor do turismo, como o certificado digital, a importância da sustentabilidade económica, social e ambiental, bem como a proteção dos valores culturais, paisagísticos e ambientais, e a partilha de boas práticas entre Estados-Membros (Monica CIABURRO, Câmara dos Deputados italiana), a necessidade de garantir a disponibilização de fundos europeus, nomeadamente para as PME (Marko PAVIĆ, Parlamento croata), a promoção das zonas rurais e interiores (Elias MYRIANTHOUS, Parlamento cipriota) a aposta em meios de transporte sustentáveis (Lucie POTUČKOVÁ, Parlamento da Chéquia; Andrei KOROBEINIK, Parlamento da Estónia), na transformação digital e em políticas de proteção do emprego e de formação no setor (Susana DÍAZ PACHECO, Congresso dos Deputados espanhol; Katerina NOTOPOULOU, Parlamento helénico).

Em resposta, **Jean-Marie Perrier** referiu que o impacto negativo do turismo predatório nos negócios locais e no meio ambiente, salientando a importância de apoiar projetos que promovem o emprego justo, bem como a necessidade de se definirem regras fortes



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

sobre a sustentabilidade no setor do turismo, **Alexandre Desseigne-Barrière** salientou o aumento do turismo local, na sequência das restrições resultantes da pandemia da COVID-19, fazendo um apelo para reforçar o apoio ao turismo local e das respetivas comunidades.

A Vice-Presidente da Assembleia Nacional responsável pela coordenação da dimensão parlamentar da Presidência francesa do Conselho da União Europeia, Laetitia Saint-Paul, encerrou a reunião, agradecendo a participação de todos os membros.

Assembleia da República, 31 de maio de 2022.

O Presidente da Comissão de Assuntos
Europeus da XIV Legislatura,

(Deputado Luís Capoulas Santos)

O Presidente da Comissão de
Economia, Inovação, Obras Públicas e
Habitação da XIV Legislatura,

(Deputado Jorge Paulo Oliveira)